



Concurso Público para provimento de cargos de
Técnico Judiciário - Área Administrativa
Especialidade Técnico Administrativo

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova 'L12', Tipo 001

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

MODELO1

Nº do Documento _____

0000000000000000

00001-0001-001

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

P R O V A

Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS BÁSICOS**

Atenção: As questões de números 1 a 10 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

O Código de Defesa do Consumidor (CDC) atingiu sua maioria plena em março de 2009, já que sua vigência se iniciou 180 dias após sua promulgação, em 11 de setembro de 1990. Primeiro regulamento específico do mercado de consumo no Direito brasileiro, o CDC é um documento normativo inovador pois, além de patrocinar uma mudança de paradigma nas relações de consumo, cujo campo de atuação é bastante amplo, serviu de inspiração para muitos países na construção de suas leis.

A cada ano, diferentemente do que se imaginava no início, vê-se que tanto os consumidores quanto as empresas estão mais conscientes e seletivos em relação aos seus direitos e deveres. Isso se deve ao crescimento e ao fortalecimento dos órgãos públicos de defesa do consumidor, das entidades civis de defesa, além da adoção de estratégias das empresas para aprimorar seu canal de comunicação com a clientela.

Devemos comemorar a maioria do Código ao constatar que a sociedade brasileira conta com mecanismos jurídicos adequados para a defesa de seus direitos. No entanto, ainda há muito o que fazer para que se tenha um mercado de consumo de qualidade, justo e equilibrado.

No século XXI é prioritária a necessidade de manter o diálogo aberto entre todos os atores desse mercado, como a principal ferramenta para a construção de práticas jurídicas sociais e responsáveis, levando-se em conta a transparência e os princípios éticos. As empresas devem ver no consumidor um parceiro e aliado, e jamais tratá-lo como adversário, pois ele é fonte de sustentabilidade para a sobrevivência de qualquer fornecedor. É importante também que o consumidor desenvolva a consciência de seu papel e de sua importância para a economia nacional. Para tanto, deve valorizar empresas preocupadas com questões relativas à responsabilidade social e ao desenvolvimento sustentável.

Mas só isso não basta, ele deve estar atento para suas reais demandas e possibilidades, para o desperdício e o desequilíbrio de seu orçamento doméstico. Ou seja, precisa mudar seus hábitos de consumo, como, por exemplo, economizar água e energia elétrica, separar o lixo para reciclagem e também evitar compromissos com que não consiga, posteriormente, arcar. Em outras palavras, o consumidor consciente é aquele que leva em conta não só suas necessidades pessoais ao consumir, mas o impacto que essa ação possa trazer ao meio ambiente e ao bem-estar social.

(Maria Stella Gregori. O Estado de S. Paulo, B2 Economia, 6 de junho de 2009, com adaptações)

1. Há, no texto,
 - (A) elogio à implantação de um Código específico de controle do mercado de consumo, que deverá estabelecer as normas para a sustentabilidade ambiental, a partir de atitudes mais conscientes dos consumidores.
 - (B) censura geral aos consumidores desatentos, preocupados apenas com suas necessidades pessoais, em vez de exigirem que as empresas respeitem inteiramente os seus direitos.
 - (C) dúvida a respeito da eficácia de um Código que, apesar de sua vigência, ainda não consegue absorver, devido à amplitude e à diversidade que o caracterizam, todo o mercado de consumo.
 - (D) considerações pessimistas a respeito das relações estabelecidas, no mercado, entre empresários e consumidores, especialmente em razão da ausência de compromisso destes últimos com o meio ambiente.
 - (E) referência a resultados positivos a partir da vigência do Código de Defesa do Consumidor, mas também a problemas, que adquiriram importância atualmente.

2. As expressões que, de acordo com o 1º e 2º parágrafos, caracterizam o Código de Defesa do Consumidor são:
 - (A) inovação para o consumidor brasileiro // regulamento específico das relações comerciais entre empresas brasileiras.
 - (B) vigência plena após março de 2009 // ampla regulação do mercado de consumo no Brasil.
 - (C) documento regulador entre empresas e consumidores // modelo para leis semelhantes em outros países.
 - (D) estabelecimento de direitos e deveres // insistência na conscientização do consumidor.
 - (E) canais de comunicação das empresas // atendimento integral aos consumidores.

3. As empresas devem ver no consumidor um parceiro e aliado, e jamais tratá-lo como adversário ... (4º parágrafo)

A afirmativa acima decorre do fato de que

 - (A) posições contrárias e até mesmo conflituosas são relativamente comuns na relação que se estabelece entre empresas e consumidores.
 - (B) as empresas devem ter participação ativa no mercado, na medida em que atendem aos diversificados anseios de consumo da população.
 - (C) os empresários devem ser responsabilizados pelos problemas causados ao consumidor decorrentes dos produtos que colocam no mercado.
 - (D) os consumidores são importantes para a economia do país, e responsáveis também pela sustentabilidade social e ambiental.
 - (E) o mercado de consumo nada mais é do que local de disputas entre empresários que só buscam o lucro e consumidores insatisfeitos.



4. Isso se deve ao crescimento e ao fortalecimento dos órgãos públicos de defesa do consumidor ... (2º parágrafo)
- A afirmativa grifada acima refere-se, especificamente,
- (A) a um documento que trouxe inovações, ao regular o mercado de consumo brasileiro.
- (B) ao crescente reconhecimento de direitos e deveres respectivos, de consumidores e de empresas.
- (C) a uma alteração substancial nas relações comerciais entre as empresas.
- (D) à maior importância das leis reguladoras do mercado de consumo ainda existentes.
- (E) à maioria de um Código que regula o mercado, defendendo o consumidor.
-
5. ... cujo campo de atuação é bastante amplo ... (1º parágrafo)
- O pronome grifado acima substitui corretamente, no texto, a expressão:
- (A) do Código de Defesa do Consumidor.
- (B) do Direito brasileiro.
- (C) de paradigma do mercado de consumo.
- (D) das relações de consumo.
- (E) de um documento normativo inovador.
-
6. ... ao constatar que a sociedade brasileira conta com mecanismos jurídicos adequados para a defesa de seus direitos. (3º parágrafo)
- A oração grifada acima denota no período noção de
- (A) restrição.
- (B) condição.
- (C) consequência.
- (D) finalidade.
- (E) temporalidade.
-
7. ... que o consumidor desenvolva a consciência de seu papel e de sua importância para a economia nacional. (4º parágrafo)
- O verbo flexionado nos mesmos tempo e modo que o do grifado acima encontra-se na frase:
- (A) ... *diferentemente do que se imaginava no início* ...
- (B) ... *vê-se que tanto os consumidores quanto as empresas* ...
- (C) ... *para que se tenha um mercado de consumo de qualidade, justo e equilibrado*.
- (D) *Mas só isso não basta* ...
- (E) ... *precisa mudar seus hábitos de consumo* ...
-
8. O Código de Defesa do Consumidor (CDC) atingiu sua maioria plena em março de 2009 ... (início do texto)
- O verbo que exige o mesmo tipo de complemento que o grifado acima está na frase:
- (A) ... *serviu de inspiração para muitos países na construção de suas leis*.
- (B) ... *que tanto os consumidores quanto as empresas estão mais conscientes e seletivos* ...
- (C) ... *que a sociedade brasileira conta com mecanismos jurídicos adequados* ...
- (D) ... *para aprimorar seu canal de comunicação com a clientela*.
- (E) ... *pois ele é fonte de sustentabilidade para a sobrevivência de qualquer fornecedor*.
-
9. A concordância verbal e nominal está inteiramente correta na frase:
- (A) Seria necessário medidas que viesse proteger consumidores, alertando-os, porém, para sua responsabilidade nas relações que existe no mercado.
- (B) Os mecanismos de proteção com que conta a sociedade, impressos no Código, constituíram um marco na época em que esse entrou em vigência.
- (C) Está explícito, no Código de Defesa do Consumidor, os respectivos direitos e deveres tanto da parte de empresas quanto das dos consumidores.
- (D) Para que seja alcançado todos os objetivos propostos pelo Código, deve levar-se em conta as responsabilidades de todos os envolvidos no mercado de consumo.
- (E) Vários países, na época, tomou como modelo de leis semelhantes o Código de Defesa do Consumidor, documento pioneiro nessa área.
-
10. É inegável que o Código de Defesa do Consumidor trouxe muitos avanços.
- A participação de todos os envolvidos na aplicação do Código de Defesa do Consumidor é necessária. Deve haver atuação integrada para a ampla eficácia do Código de Defesa do Consumidor.*
- As afirmativas acima articulam-se em um único período com clareza, correção e lógica em:
- (A) Inegavelmente o Código de Defesa do Consumidor trouxe muitos avanços, mas, para sua ampla eficácia, deve haver atuação integrada, com a participação de todos os envolvidos em sua aplicação.
- (B) É inegável que o Código de Defesa do Consumidor trouxe muitos avanços, com a necessária participação de todos os envolvidos na aplicação desse Código de Defesa do Consumidor, a que deve haver atuação integrada para sua ampla eficácia.
- (C) É inegável os muitos avanços que o Código de Defesa do Consumidor trouxe na participação de todos os envolvidos na aplicação do Código, sendo necessário atuação integrada para a ampla eficácia do mesmo.
- (D) A participação de todos os envolvidos na aplicação do Código de Defesa do Consumidor é necessária, já que deve haver atuação integrada para uma eficácia do Código de Defesa, inegavelmente com muitos avanços.
- (E) É necessário uma atuação integrada para a ampla eficácia do Código de Defesa do Consumidor, que trouxe muitos avanços, com a participação de todos os envolvidos na aplicação do tal Código.



Atenção: As questões de números 11 a 15 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

Os recifes de corais desempenham um papel vital nos oceanos, abrigando um quarto da biodiversidade marinha. Eles são usados pelos peixes para alimentação e reprodução, além de servir de abrigo contra predadores. Para multiplicar esses santuários ecológicos, tornou-se comum em muitos países a criação de recifes artificiais – em geral, grandes navios já fora de uso são afundados e aos poucos se cobrem de algas, moluscos e crustáceos.

O uso de embarcações como recifes envolve desafios. Para que a estrutura seja tomada por vegetais e peixes, é preciso submergi-la em locais com a profundidade ideal e condições adequadas de temperatura, luminosidade e salinidade. Outro pré-requisito é a rigorosa limpeza de todo o navio, para evitar a introdução na cadeia alimentar marinha de substâncias tóxicas presentes nos óleos, nos cabos e na pintura do casco. Os ambientalistas advertem que é necessário monitorar constantemente os recifes artificiais. "A concentração de peixes faz com que eles se tornem expostos à pesca predatória, inclusive com redes", explica um biólogo, especialista em corais.

O Brasil também tem navios usados como recifes artificiais. Um dos casos mais bem documentados é o do cargueiro Victory 8-B, afundado em 2003 a 8 quilômetros da costa de Guarapari, no Espírito Santo. O navio aumentou o turismo de mergulho na região, mas também provoca críticas de ambientalistas por atrair barcos de pesca que lançam redes de arrasto e gaiolas. Como não há fiscalização suficiente, as próprias escolas de mergulho assumem a tarefa de zelar pelo recife, retirando redes e denunciando a pesca irregular ao Ibama.

(Adaptado de Vanessa Vieira. **Veja**. 10/09/2008. p. 74-75)

11. Para multiplicar esses santuários ecológicos ... (1º parágrafo)

A expressão grifada acima se justifica, no texto, pelo fato de que

- (A) as atividades de mergulho acabam sendo atrativos para o turismo nas áreas em que estão os recifes artificiais.
- (B) a pesca, mais produtiva nessas áreas, estimula o crescimento econômico dos envolvidos nessa atividade.
- (C) os ambientalistas se preocupam com sua conservação, mantendo essas áreas livres da presença humana, capaz de destruí-los.
- (D) os recifes artificiais se tornam elementos importantes na reprodução e manutenção da biodiversidade marinha em seus arredores.
- (E) o afundamento de navios velhos, que não podem mais navegar em segurança, protege o homem e o meio ambiente.

12. O uso de embarcações como recifes envolve desafios. (início do 2º parágrafo)

Os desafios referidos acima se traduzem em

- (A) localização exata dos recifes artificiais e monitoramento das atividades de mergulho nessas áreas.
- (B) cuidados com o meio ambiente marinho ao afundar os navios e constante monitoramento dos recifes artificiais.
- (C) alimentação adequada para os animais que vivem nos recifes artificiais e controle das atividades pesqueiras na região.
- (D) permissão para pesca controlada nos recifes artificiais e expansão do turismo nas regiões em que eles se encontram.
- (E) fiscalização dos meios utilizados para mergulho nas proximidades dos recifes artificiais e cuidados com o ambiente marinho.

13. Identifica-se noção de causa no segmento:

- (A) *Para que a estrutura seja tomada por vegetais e peixes ...*
- (B) *Outro pré-requisito é a rigorosa limpeza de todo o navio ...*
- (C) *... que é necessário monitorar constantemente os recifes artificiais.*
- (D) *... explica um biólogo, especialista em corais.*
- (E) *Como não há fiscalização suficiente ...*

14. – em geral, grandes navios já fora de uso são afundados e aos poucos se cobrem de algas, moluscos e crustáceos. (final do 1º parágrafo)

O emprego do travessão introduz

- (A) um segmento de caráter explicativo em relação à expressão que o antecede.
- (B) um comentário desnecessário, cujo sentido está explícito na expressão anterior.
- (C) uma opinião pessoal, em oposição ao que foi expresso no período anterior.
- (D) um resumo esclarecedor do assunto desenvolvido no texto.
- (E) uma conclusão coerente com o que vem sendo exposto no contexto.

15. ... e aos poucos se cobrem de algas, moluscos e crustáceos. (final do 1º parágrafo)

A forma verbal que substitui corretamente a grifada acima, respeitando o sentido original, é:

- (A) vão cobrir.
- (B) tinha coberto.
- (C) são cobertos.
- (D) vai ser coberto.
- (E) estarão cobertos.



16. Considere as seguintes assertivas a respeito dos cargos em comissão e das funções de confiança:

- I. As funções de confiança e os cargos em comissão somente se destinam às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- II. A nomeação para cargo de Confiança ou Função Gratificada da Corregedoria-Geral da Justiça será feita por seus titulares e a nomeação pelo Corregedor Geral.
- III. Em regra, no âmbito da jurisdição do Tribunal ou juízo de primeiro grau, é permitida a nomeação, para os cargos em comissão, de parente em linha colateral de terceiro grau.
- IV. As funções de confiança somente podem ser exercidas por servidores efetivos do Poder Judiciário.

De acordo com a Lei Complementar nº 115/2008, está correto o que consta APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) II e III.
- (D) III e IV.
- (E) I e IV.

17. De acordo com a Lei Complementar nº 115/2008, as sanções disciplinares de advertência e suspensão são aplicadas pelo

- (A) Corregedor-Geral.
- (B) Presidente do Tribunal de Justiça.
- (C) Vice-Presidente do Tribunal de Justiça.
- (D) Governador do Estado do Piauí.
- (E) Secretário da Justiça, na oportunidade.

18. De acordo com a Lei Complementar nº 13/1994, com relação à posse e ao exercício, é INCORRETO afirmar:

- (A) A promoção não interrompe o tempo de exercício.
- (B) Poderá haver posse mediante procuração com poderes específicos para tal fim.
- (C) A posse ocorrerá no prazo de quinze dias, contados da publicação do ato de provimento.
- (D) O início, a suspensão e o reinício do exercício serão registrados no assentamento individual do servidor.
- (E) Em regra, o servidor não aprovado no estágio probatório, se estável, será reconduzido ao cargo anteriormente ocupado.

19. Débora e Jaqueline são analistas do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí. Ambas praticaram infrações disciplinares, sendo Débora apenada com suspensão e Jaqueline com a pena de advertência. Se ambas não cometerem nova infração disciplinar neste período, os registros de suas penalidades serão cancelados, respectivamente, após o decurso de

- (A) quatro e dois anos.
- (B) cinco e três anos.
- (C) cinco e dois anos.
- (D) dois anos e um ano.
- (E) um ano e seis meses.

20. A Lei nº 3.716/1979 considera, como um dos requisitos para a criação de Comarca, que

- (A) a soma das receitas tributárias federal, estadual, municipal seja superior a cinco mil vezes o salário mínimo regional, em sua totalidade.
- (B) a população mínima seja de trinta mil habitantes no município, com, pelo menos, cinco mil na sede.
- (C) o território tenha área superior a duzentos e cinquenta quilômetros quadrados.
- (D) os serviços forenses respectivamente apurados tenham que sofrer desdobramento de, no mínimo, sessenta processos anuais, de qualquer natureza.
- (E) cinco mil eleitores estejam regularmente inscritos, com título de eleitores válidos.

Instrução: Para responder às questões de números 21 a 30, considere as tarefas abaixo.

Item	Tarefa
I	Encontrar, na Internet, um site que traga informações sobre direito, tais como leis, decretos e resoluções de governo, entre outras informações semelhantes.
II	Encaminhar, pela Internet, mensagem de agradecimento dirigida individualmente a determinados funcionários que colaboraram em um projeto de destaque no Tribunal, incluindo um cartão do Presidente elaborado com logotipo, para ser entregue junto com a mensagem.
III	Instalar, no computador pessoal, diretamente, um aplicativo disponível em um site na Internet.
IV	Tomar precauções contra intrusão, invasão e ataques indesejados, provenientes da Internet, no computador pessoal.
V	Evitar a propagação de <i>hoaxes</i> .
VI	Aumentar a capacidade de memória RAM instalando dispositivos compatíveis nos locais apropriados.
VII	Realizar <i>backups</i> de dados periodicamente.
VIII	Executar periodicamente um programa utilitário para varredura dos discos rígidos com o objetivo de analisar e reorganizar os pedaços de arquivos que ficam gravados em lugares diferentes dos discos (segmentos).
IX	Elaborar um cabeçalho padrão e personalizado, incluindo logotipo e data nos cabeçalhos dos documentos feitos no editor de texto (MS-Word).
X	Inserir data da criação do documento, no formato dd/mm/aaaa (dia, mês e ano), em todas as planilhas (MS-Excel).

21. Para satisfazer à tarefa I, deve-se tomar as seguintes ações:

- 1a. conectar-se à internet.
- 1b. abrir um navegador.
- 1c. acessar um site de busca.
- 1d. instalar linha e disco de alta velocidade e capacidade.

É correto o que consta em

- (A) 1a, 1b, 1c e 1d.
- (B) 1a, 1b e 1c, apenas.
- (C) 1a e 1c, apenas.
- (D) 1b e 1c, apenas.
- (E) 1c e 1d, apenas.



22. Na tarefa II, as ações tomadas corretamente são:
- (A) uso de correio eletrônico e anexação de documento em *e-mail*.
 - (B) uso de *blog* e publicação do cartão do Presidente.
 - (C) publicação do cartão do Presidente na Intranet e liberação de acesso apenas aos funcionários homenageados.
 - (D) publicação de site na Internet e publicação do cartão do Presidente.
 - (E) entrega de CD contendo a mensagem e o cartão do Presidente aos funcionários homenageados e liberação de acesso à Intranet.
23. O atendimento à tarefa do item III remete corretamente à ação de
- (A) fazer *download*, salvar o arquivo de instalação no *desktop* do disco local e copiar o arquivo salvo na pasta C:\Arquivos de programas.
 - (B) fazer *download* e executar o arquivo de instalação, apenas.
 - (C) copiar o arquivo de instalação para o disco local, apenas.
 - (D) recortar e executar o arquivo, apenas.
 - (E) fazer a transferência de arquivo, apenas.
24. Como medida preventiva citada na tarefa IV, é seguro e correto
- (A) a instalação de programas disponibilizados pelos *hackers* para proteção contra vírus.
 - (B) a conexão apenas com a Intranet.
 - (C) o uso de *firewall*.
 - (D) a desinstalação da barra de ferramentas do navegador.
 - (E) a desinstalação da barra de *status* do navegador.
25. A precaução mencionada na tarefa V tem por motivo a ciência de que frequentemente
- (A) ocorre a execução de programas antivírus não certificados.
 - (B) são executados arquivos anexados em sites maliciosos.
 - (C) existe falta de controle sobre arquivos lidos nos sites.
 - (D) ocorrem boatos espalhados para fins maliciosos ou para desinformação via *e-mail*.
 - (E) não são instalados programas antivírus.
26. Os locais apropriados mencionados na tarefa VI são, geral e comumente, identificados como
- (A) portas.
 - (B) *racks*.
 - (C) *slots*.
 - (D) *hubs*.
 - (E) *jumps*.
27. A ação recomendada na tarefa VII pode ser feita
- (A) em CD, apenas.
 - (B) em *pen drive* ou em CD, apenas.
 - (C) em *pen drive* ou em disquete, apenas.
 - (D) no próprio *hard disk* ou em CD, apenas.
 - (E) no próprio *hard disk*, em disquete, em *pen drive* ou em CD.
28. O correto, na tarefa VIII, é usar
- (A) um utilitário de limpeza de disco.
 - (B) uma ferramenta de remoção de arquivos particionados.
 - (C) um programa contra *spyware*.
 - (D) um processo de restauração do sistema operacional.
 - (E) um utilitário de desfragmentação.
29. Para cumprir a necessidade especificada na tarefa IX, estando com um novo documento aberto no editor, é necessário entrar na opção Cabeçalho e rodapé, subordinada ao menu
- (A) Configurar página.
 - (B) Inserir.
 - (C) Ferramentas.
 - (D) Exibir.
 - (E) Formatar.
30. O processo para cumprir o solicitado na tarefa X é, estando na célula que vai conter a data, escolher a máscara de data correta, mediante o acionamento do menu
- (A) Formatar, opção Células e Categoria Data, apenas.
 - (B) Formatar, opção Inserir e Categoria Data, apenas.
 - (C) Exibir, opção Barra de fórmulas e Categoria Data.
 - (D) Exibir e Categoria Data, apenas.
 - (E) Exibir, opção Células e Categoria Data, apenas.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Noções de Direito Administrativo

31. NÃO constitui princípio informativo do Direito Administrativo a
- (A) publicidade.
 - (B) legalidade.
 - (C) moralidade.
 - (D) pessoalidade.
 - (E) eficiência.

32. Com relação ao ato administrativo, é INCORRETO afirmar:
- (A) É espécie do gênero ato da Administração.
 - (B) Está sujeito ao regime administrativo e é passível de controle jurisdicional.
 - (C) Nem sempre produz efeito jurídico.
 - (D) Possui não só conteúdo formal, mas também material.
 - (E) É todo ato lícito que tenha por fim adquirir, resguardar, transferir, modificar ou extinguir direitos.

33. Em tema de atributos dos atos administrativos, considere:
- I. Legitimidade é atributo segundo o qual o ato administrativo se impõe ao particular, independentemente de sua concordância.
 - II. Depois de editado o ato, ele produz seus efeitos como se válido fosse até a impugnação administrativa ou jurisdicional.
 - III. Auto-executoriedade significa que a Administração Pública pode executar suas decisões, com coercitividade, desde que submeta o ato previamente ao Poder Judiciário.

É correto o que consta APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) I e III.

34. Quanto aos requisitos de validade do ato administrativo, considere:
- I. O conteúdo do ato corresponde ao seu efeito jurídico.
 - II. O objeto do ato deve ser formal, motivado, lícito ou ilícito, possível e determinado.
 - III. Motivo é o pressuposto de fato e de direito que autoriza a Administração a praticar um ato administrativo.
 - IV. Sujeito é o agente público ou particular que possui competência para praticar o ato de administração.

É correto o que consta APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) III e IV.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) II e IV.

35. Espécie de ato administrativo da competência exclusiva dos Chefes do Executivo, destinado a prover situações gerais ou individuais, abstratamente previstas de modo expresso, explícito ou implícito, pela legislação. Trata-se de
- (A) resolução.
 - (B) regulamento.
 - (C) provimento.
 - (D) instrução normativa.
 - (E) decreto.

36. Quanto ao processo administrativo, é INCORRETO afirmar:
- (A) A sindicância administrativa é meio sumário para a apuração ou elucidação de irregularidades no serviço para subsequente instauração de processo e punição ao infrator.
 - (B) Para a imposição de pena de demissão a funcionário estável sempre é necessária a instauração de processo disciplinar.
 - (C) A decisão que aplica as penas de advertência e de suspensão a servidor em processo administrativo disciplinar prescinde de motivação do julgador.
 - (D) Informam, dentre outros, o processo administrativo os princípios da oficialidade e da verdade material.
 - (E) O relatório do processo administrativo é a síntese do apurado, feita por quem o presidiu individualmente ou pela comissão processante.

Noções de Direito Constitucional

37. No que concerne aos Princípios Fundamentais, considere:
- I. A República Federativa do Brasil, formada pela união dissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito.
 - II. Constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil garantir o desenvolvimento nacional.
 - III. A República Federativa do Brasil rege-se, nas suas relações internacionais, além de outros, pelo princípio da concessão de asilo político.
 - IV. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I, II e IV.
- (B) II, III e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) II e III.
- (E) I e III.



38. É reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, NÃO havendo
- (A) a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.
 - (B) a plenitude de defesa.
 - (C) o sigilo das votações.
 - (D) a soberania dos veredictos.
 - (E) o juízo ou o tribunal de exceção.
39. É livre a associação profissional ou sindical, observado que
- (A) é permitida a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave, nos termos da lei.
 - (B) a assembléia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, dependendo da contribuição prevista em lei.
 - (C) a lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.
 - (D) é permitida a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.
 - (E) ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato; é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho e o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.
40. É permitido aos Estados
- (A) manter aliança com igrejas, desde que não seja a colaboração de interesse público.
 - (B) incorporar-se entre si para formarem novos Estados.
 - (C) recusar fé aos documentos públicos.
 - (D) criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.
 - (E) renunciar sua autonomia, estabelecendo relação de dependência com qualquer Município.
41. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre
- (A) informática.
 - (B) desapropriação.
 - (C) produção e consumo.
 - (D) serviço postal.
 - (E) registros públicos.
42. Com relação ao Senado Federal, considere as seguintes assertivas:
- I. Compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.
 - II. Cada Estado e o Distrito Federal elegerão três Senadores, com mandato de oito anos.
 - III. A representação de cada Estado e do Distrito Federal será renovada de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços.
 - IV. Cada Senador será eleito com quatro suplentes.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) I, II e III.
 - (B) III e IV.
 - (C) II e IV.
 - (D) I e II.
 - (E) I e IV.
43. O processo legislativo NÃO compreende a elaboração de
- (A) medidas provisórias.
 - (B) leis complementares.
 - (C) leis delegadas.
 - (D) portarias.
 - (E) resoluções.
44. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete
- (A) representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.
 - (B) exercer, com o auxílio dos Ministros de Estado, a direção superior da administração federal.
 - (C) iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos na Constituição Federal.
 - (D) remeter mensagem e plano de governo ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do País e solicitando as providências que julgar necessárias.
 - (E) sustar, se atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.
- Noções de Direito Processual Civil**
45. O juiz, na condução do processo,
- (A) pode recusar-se a proferir sentença sempre que não houver norma legal que discipline o assunto.
 - (B) deve assegurar igualdade de tratamento às partes e velar pela rápida solução do litígio.
 - (C) deve evitar acordo entre as partes, para assegurar o império da lei.
 - (D) pode sempre decidir por equidade.
 - (E) por iniciativa própria, não pode determinar a realização de provas.



<p>46. Os atos processuais são públicos. Disto decorre a afirmação de que a consulta dos autos e o acompanhamento das audiências é assegurado</p> <p>(A) a todos, salvo nas hipóteses legais de segredo de justiça, em que o acesso é restrito.</p> <p>(B) a todos, indistintamente.</p> <p>(C) a todos, com exceção dos profissionais de imprensa, nos casos em que o juiz reputar presente algum risco de dano grave e difícil reparação.</p> <p>(D) apenas às partes e seus procuradores.</p> <p>(E) a todos, com exceção do órgão do Ministério Público.</p>	<p>51. Deve o Ministério Público intervir, como fiscal da lei, dentre outras, nas causas de interesse de</p> <p>(A) pessoas jurídicas constituídas há menos de um ano.</p> <p>(B) pessoas capazes, mas beneficiárias da gratuidade judicial.</p> <p>(C) pessoas capazes, mas revéis.</p> <p>(D) estrangeiros, residentes ou não no território nacional.</p> <p>(E) incapazes e naquelas concernentes ao estado da pessoa.</p>
<p>47. A citação e a penhora, em regra, devem ser realizadas,</p> <p>(A) de segunda-feira a sábado, das 6 às 20 horas.</p> <p>(B) de segunda-feira a sexta-feira, das 6 às 20 horas.</p> <p>(C) de segunda-feira a sábado, das 8 às 18 horas.</p> <p>(D) em qualquer dia, das 6 às 18 horas.</p> <p>(E) em qualquer dia, das 8 às 20 horas.</p>	<p>52. Assim que realizada a juntada aos autos de um documento por uma das partes, cabe ao servidor do cartório providenciar, de imediato,</p> <p>(A) apenas manter os autos em cartório, pois é dever das partes acompanhar o andamento do processo.</p> <p>(B) o encaminhamento dos autos a despacho do juiz, a quem compete, exclusivamente, determinar a intimação do advogado da parte contrária para se manifestar.</p> <p>(C) examinar o documento, pois é indispensável a apuração de sua autenticidade.</p> <p>(D) a intimação do advogado da parte contrária para se pronunciar.</p> <p>(E) expedir mandado para intimação pessoal da parte contrária, a quem exclusivamente cabe tomar conhecimento do fato.</p>
<p>48. A citação pessoal pode ser feita por</p> <p>(A) oficial de justiça ou pelo correio, apenas.</p> <p>(B) oficial de justiça, pelo correio ou por edital.</p> <p>(C) oficial de justiça, apenas.</p> <p>(D) carta precatória ou pelo correio, apenas.</p> <p>(E) oficial de justiça, por meio radiofônico nos foros de grande extensão territorial ou por edital.</p>	<p style="text-align: center;">Noções de Direito Processual Penal</p> <p>53. A respeito do inquérito policial, é correto afirmar:</p> <p>(A) O inquérito policial, uma vez instaurado, não poderá ser arquivado pela autoridade policial.</p> <p>(B) O inquérito policial constitui-se na única forma de investigação criminal.</p> <p>(C) O inquérito policial pode ser presidido pelo Ministério Público.</p> <p>(D) O princípio do contraditório deve ser observado no inquérito policial.</p> <p>(E) O sigilo do inquérito policial, necessário à elucidação do fato, se estende ao Ministério Público.</p>
<p>49. É correto afirmar que</p> <p>(A) o Código de Processo Civil admite apenas os recursos de apelação, agravo e embargos infringentes.</p> <p>(B) o recurso de embargos infringentes foi abolido do Código de Processo Civil.</p> <p>(C) o recurso de apelação é cabível contra qualquer pronunciamento judicial.</p> <p>(D) decisão interlocutória comporta recurso de agravo.</p> <p>(E) o direito de recorrer é assegurado apenas às partes.</p>	<p>54. São condições da ação penal, que devem ser analisadas pelo juiz quando do recebimento da denúncia ou da queixa:</p> <p>(A) a descrição do fato criminoso em todas as circunstâncias, a classificação e a qualificação do acusado.</p> <p>(B) o prazo, a forma e o destinatário.</p> <p>(C) a possibilidade jurídica do pedido, o interesse de agir e a legitimação para agir.</p> <p>(D) que o fato narrado constitua crime, que a parte seja legítima e que esteja presente condição de procedibilidade.</p> <p>(E) a legitimação para agir, a qualificação do acusado e o prazo.</p>
<p>50. No processamento do recurso de apelação, o relator</p> <p>(A) pode, em determinadas situações indicadas por lei, proferir decisão para negar seguimento ou dar provimento.</p> <p>(B) deve, sempre, lançar o relatório nos autos e encaminhá-los a julgamento.</p> <p>(C) pode manifestar recusa de despachar, se superado o limite de cinco causas distribuídas no mês.</p> <p>(D) deve, sempre, lançar o relatório nos autos e encaminhá-los ao revisor.</p> <p>(E) deve, nas causas de menor complexidade, apenas lançar um visto nos autos e encaminhá-los ao revisor.</p>	



55. Segundo a doutrina, independem de prova os fatos
- (A) indúvidos e inúteis.
 - (B) admitidos ou aceitos e incontroversos.
 - (C) ilegítimos e ilícitos.
 - (D) intuitivos, notórios e inúteis.
 - (E) reconhecidos pelo acusado e legítimos.
-
56. As questões prejudiciais, quanto ao mérito ou natureza da questão, classificam-se em
- (A) obrigatórias ou necessárias e facultativas.
 - (B) homogêneas, heterogêneas, totais e parciais.
 - (C) devolutivas absolutas e não devolutivas.
 - (D) absolutas e relativas.
 - (E) objetivas e subjetivas.
-
57. A apresentação espontânea do acusado à autoridade, segundo a legislação processual penal em vigência,
- (A) impede a decretação da prisão temporária.
 - (B) impede a decretação da prisão preventiva.
 - (C) autoriza a prisão em flagrante.
 - (D) autoriza a revogação da prisão preventiva decretada.
 - (E) não impede a decretação da prisão preventiva nos casos que a lei autoriza.
-
58. Com relação à ação penal privada, é correto afirmar:
- (A) O ofendido, mesmo não tendo habilitação legal, pode ingressar pessoalmente com a ação penal.
 - (B) O termo inicial do prazo decadencial é o da data do fato.
 - (C) A queixa-crime contra qualquer dos autores do crime obrigará o processo contra todos, devendo o Ministério Público zelar pela indivisibilidade.
 - (D) O prazo decadencial será interrompido com a instauração do inquérito policial.
 - (E) O direito de queixa deve ser exercido no prazo de cento e vinte dias.
-
59. A renúncia nos crimes de ação penal privada
- (A) pode ser entendida como uma causa excludente de criminalidade.
 - (B) pode ocorrer até a prolação da sentença.
 - (C) pode ser apresentada apenas com relação a um dos ofensores.
 - (D) pode ser expressa ou tácita.
 - (E) não admite retratação.
-
60. A liberdade provisória pode ser concedida para as modalidades de prisão:
- (A) administrativa, civil e temporária.
 - (B) temporária, preventiva e administrativa.
 - (C) flagrante, civil e condenatória recorrível.
 - (D) preventiva, administrativa e sentença de pronúncia recorrível.
 - (E) flagrante, decorrente de sentença condenatória recorrível e sentença de pronúncia recorrível.